

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais atividades de um professor pesquisador é desenvolver pesquisas, em que, por definição, os resultados não podem ser conhecidos ou determinados antecipadamente, seja por meio de conhecimento prévio, informação privilegiada ou mero *wishful thinking*, mas tão somente pela aplicação de protocolos historicamente consolidados e orientados a disciplinar a produção do conhecimento científico. Para além do processo investigativo em si, a atividade envolve a elaboração de projetos, a captação de recursos para assegurar seu financiamento e o engajamento de discípulos nas redes de pesquisas. Normalmente, projetos de pesquisa geram como produtos principais artigos científicos, que serão discutidos, inicialmente, em congressos e, posteriormente, submetidos a periódicos em regime de revisão por pares. Uma vez publicado o artigo, normalmente, o ciclo é reiniciado e os esforços prévios são retroalimentados.

Com o tempo, muitos de nós passam a fazer disso a rotina de suas vidas, dando escoamento à cada vez mais vasta produção bibliográfica. A área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (doravante, área 27), por exemplo, produziu aproximadamente 15.000 artigos, veiculados em mais de 3.000 periódicos, apenas no período de 2017 e 2018. Além do rápido crescimento da publicação, destaca-se o aumento vertiginoso do número de periódicos na área. Após bom tempo fazendo exatamente isso, tenho me deparado com os seguintes questionamentos: por que fazemos isso? Como temos feito isso? O que produzimos tem utilidade para outras esferas da sociedade, além da academia? Estamos produzindo para quem?²

Essa reflexão motivou a elaboração deste editorial para a Contabilidade Vista e Revista, no intuito de compartilhar com seus leitores minhas ponderações sobre o tripé **porque, como e para quem produzimos**.

2. PORQUE PRODUZIMOS

Dado o volume de publicação na área 27 nos últimos anos, questiono: estamos produzindo em virtude das condições institucionais ou, de fato, para gerar conhecimento novo? O ambiente no qual estamos inseridos explica, mas justifica? As condições institucionais dizem respeito ao entorno do espaço social da comunidade científica, constituído de uma ampla variedade de interessados (Figura 1), tais como agências de fomento, universidades, escolas/programas,

¹ Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UNB); Pós-doutor em Finanças pela Universidade de Queensland. Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: mavmachado@hotmail.com

² Por vezes, usarei a primeira pessoa do plural, por entender que sou partícipe do processo e ter incorrido nos mesmos problemas, ao longo da minha trajetória como acadêmico.

associações, *gatekeepers*, veículos de comunicação, bem como a sociedade em geral que regulam a condução das pesquisas, onde o indicador mais fácil de ser mensurado e, por isso, largamente aceito, é o número de artigos publicados em uma lista de periódicos (Alvesson & Sandberg, 2013), independente de sua contribuição e do impacto gerado na comunidade.

Partirei da premissa que boa parte dos professores da nossa área que desenvolvem pesquisas estão vinculados a um programa de pós-graduação e que produzem motivados por incentivos. Assim, além das agências de fomento, que julgam se temos produção científica compatível e adequada, quando da captação de recursos, os programas que estamos vinculados também irão nos exigir publicação científica, pois eles também serão cobrados por isso pelas agências reguladoras. O mesmo acontece com alunos. Além disso, outros professores buscam a publicação porque almejam ser editores, coordenadores de área de eventos, participar da diretoria das associações da área, serem bolsista de produtividade, dentre outros fatores.

Portanto, pode-se perceber que estivemos inseridos em um ambiente institucional (Figura 1) que adota um sistema de avaliação cujo *driver* principal é a publicação. Mesmo professores que não atuam na pós-graduação se veem "obrigados" a publicar, pois precisam dessa publicação para fins de progressão funcional, caso estejam em universidades públicas. Nesse sentido, a motivação principal desse docente, dificilmente, será a geração de conhecimento novo, muito menos a utilidade para a sociedade, mas sim a maximização de sua utilidade pessoal, por meio da geração de mais produtos com o menor nível de esforço possível. As consequências sobre a qualidade do que é publicado são previsíveis nesse cenário.

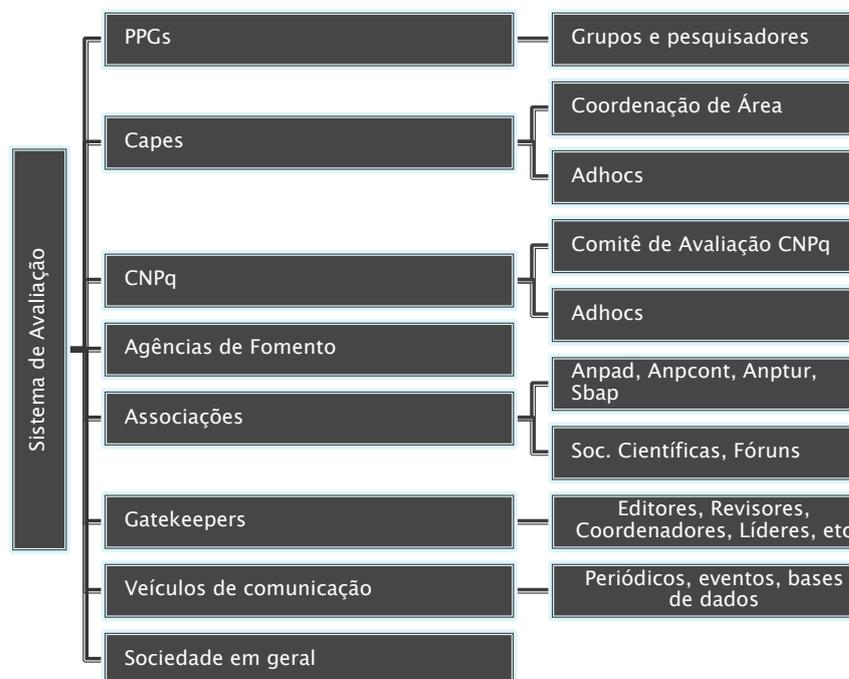


Figura 1 - O ambiente Institucional.

Rossoni (2013) denomina esse ambiente (academia) de um empreendimento social e o dividem em três facetas: i) A primeira faceta envolve

o conteúdo propriamente dito da ciência, envolvendo o conjunto de teorias e seus respectivos conceitos utilizados para apreender a realidade, assim como qualquer estoque de conhecimento acessório e necessário, inclusive o burocrático, para que o trabalho do pesquisador seja realizado; ii) A segunda faceta compreende as relações sociais nas quais os pesquisadores estão imersos, caracterizadas por atores individuais (alunos, professores, pesquisadores, líderes de tema, áreas e associações, editores e conselheiros de periódicos e representantes de área) e coletivos (grupos de pesquisa, redes de pesquisadores, programas de pós-graduação, periódicos, bases de dados, instituições de ensino e pesquisa, associações de área, órgãos de fomento e reguladores) estratificadamente posicionados no campo, assim como seus respectivos papéis sociais; iii) a terceira faceta envolve o aparato institucional da ciência, incluindo suas crenças, valores, normas e pressupostos que definem aqueles fins desejados por um grupo de pesquisadores, tais como os meios pelos quais eles podem ser alcançados de forma legítima.

A Figura 1 elenca, ainda, a sociedade em geral, também mencionada por Rossoni (2013) como atores adicionais, na qual a produção científica está imersa. Como destacarei mais adiante, nossas pesquisas têm dado mais atenção aos outros atores (agências de fomento, *gatekeepers*, programas, associações) do que à sociedade em geral, quem, de fato, deveria ser o *driver* principal de nossas pesquisas.

A qualidade de uma pesquisa é função de sua originalidade e, sobretudo, de sua utilidade (Corley & Gioia, 2011). Assim, principalmente por estarmos em uma área aplicada, para gerar contribuição, uma pesquisa precisa ter utilidade na sua aplicação, tanto para pesquisadores quanto para gestores e sociedade em geral. Contudo, a pressão por publicação nos programas de pós-graduação tem feito com que a qualidade e a utilidade (desenvolver pesquisas que transformem a realidade e melhorem a vida das pessoas) tenham ficado em segundo plano. Os próprios periódicos não têm primado pelas pesquisas úteis e inovadoras (Alvesson & Sandberg, 2013).

Portanto, o ambiente institucional no qual estamos inseridos possui um efeito indutor produzido por regras e parâmetros, que sinalizam condições de reconhecimento e recompensa a programas e pesquisadores (Figura 2). Por um lado, essas regras ressoam para o interior das organizações que, por vezes, incorporam estruturas próprias para assegurar o atendimento aos preceitos estabelecidos pelas regras e parâmetros. Por outro lado, há o impacto das regras sobre o comportamento individual do pesquisador, que toma seu conteúdo e efeito sobre os programas como parâmetros para ação (Guarido Filho, 2018).

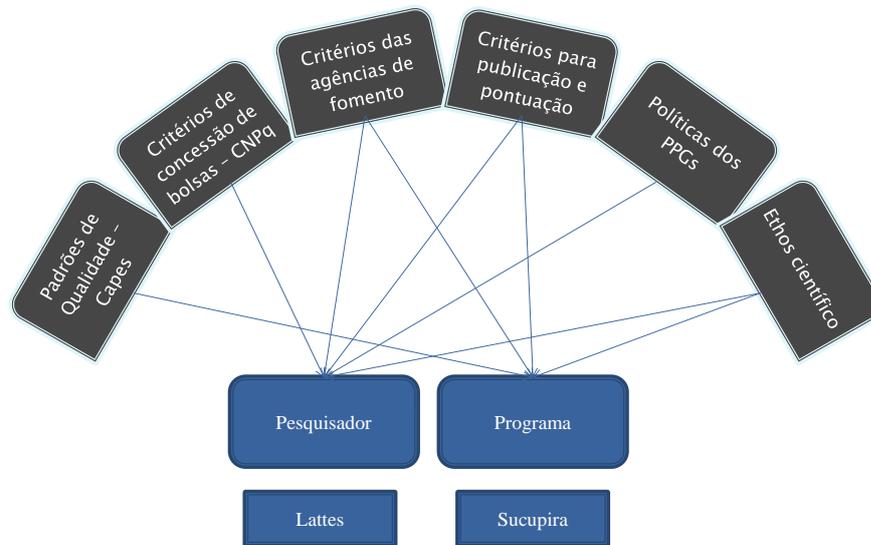


Figura 2 - Sinalizações e Recompensas Proporcionadas pelo Ambiente Institucional
Fonte: Guarido Filho, 2019

Assim, deixo para reflexão qual deveria ser o *driver* principal para a produção científica: o atendimento a normas e parâmetros ou à utilidade (e aplicabilidade) do conhecimento gerado? Quem deveria vir primeiro: o aspecto regulatório ou a utilidade do que é produzido? Ou, na visão de Guarido Filho (2018), como promover a pesquisa responsável e responsiva, sem perder sua integridade científica?

Dada a influência do ambiente institucional e considerando as mudanças no sistema nacional da pós-graduação, o momento é oportuno para tal reflexão. Até a avaliação quadrienal 2013-2016, a produção intelectual respondia por, em torno, de 60% da nota de um programa da área 27. Na próxima quadrienal, referente ao período 2017-2020, chegará, no máximo, a 35%. Por outro lado, o impacto valerá em torno de 33%, frente a algo em torno de 10% da quadrienal anterior. No âmbito do sistema nacional de avaliação da pós-graduação, o impacto tende a ser interpretado a partir dos modos de inserção social dos programas, abrangendo iniciativas e respectivos efeitos sobre a formação de pessoal qualificado, a repercussão da pesquisa em audiências externas à ciência e a conversão do conhecimento em tecnologias (Guarido Filho, 2018). Dessa forma, espera-se que a mudança no ambiente institucional acarrete mudanças nas nossas práticas de produção científica, favorecendo condições para o impacto societal.

3. COMO PRODUZIMOS

No ambiente institucional mencionado na seção anterior, a pressão por publicação, tal como vem atuando sobre os professores e programas, não apenas a promove, como também tem gerado hábitos de trabalho e institucionalizado práticas de pesquisa discutíveis (Mattos, 2008). Essa pressão por publicação, como bem observado por Mattos (2008), tem estimulado várias

inversões, dentre as quais destacam-se a submissão de projetos acadêmicos às demandas inadiáveis de produtividade na carreira e a perda de identidade acadêmica por professores e programas, ao enfatizar a produção industrial de textos em detrimento da produção criativa e relevante.

Nesse sentido, a famigerada regra do “quanto mais, melhor” tem dificultado a produção científica voltada para o impacto societal, como mencionado na seção anterior, ratificando a necessidade de refletirmos sobre nossas práticas de pesquisa, em buscar de uma pesquisa que seja mais responsável e responsiva (Guarido Filho, 2018).

Esse desejo insaciável pela publicação de artigos em periódicos e de apresentá-los em eventos acadêmicos não se deve apenas ao ambiente institucional, pois tomar isso como verdade seria equivalente a atribuir toda criminalidade à falta de punição (Rossoni, 2013). Logo, devemos focar no meio como essa produção tem se institucionalizado no nosso país.

Infelizmente, ao contrário do que se observa em outros países, onde o crescimento da publicação gerou um aumento na qualidade, em função do aumento na competição (Alvesson & Sandberg, 2013), no Brasil e especificamente na área 27, esse crescimento não vem sendo acompanhado de melhora na qualidade. O que se tem observado são práticas que vão desde colocar o nome em trabalhos (incluindo o de seus orientandos e de terceiros), sem nem ao menos ter lido, muito menos ter contribuído de alguma forma com o trabalho, passando pela participação em trabalhos cuja temática o potencial coautor não tem a menor expertise, até a exigência de artigo em disciplina e como crédito em estruturas curriculares de muitos programas de pós-graduação. As parcerias são importantes, mas a prática de *free rider* nas publicações não e deveriam ser evitadas (coautor não empresta nome!). Porém, em meio a um mundo em que estruturas de recompensas estão desbalanceadas e as punições a quem fazem tais malfeitos não são críveis, com o perdão da palavra, as trapagens somente se alastram.

Essas práticas representam disfunções do sistema de produção científica e são representadas como “ISMOS”. O produtivismo é o mais famoso e, possivelmente, vincule outros ismos. Mas, há também: o plágio, o colaboracionismo (vide os problemas de autoria mencionados), o internacionalismo, o paroquialismo. Todos são expressões do oportunismo e do egocentrismo³.

Como consequência dessa busca insaciável pela publicação, o que temos observado são trabalhos cada vez mais incrementais e não inovadores, cujo objetivo é querer ver números e mais números de artigos noattes sem se preocupar com o conteúdo do que é escrito (Alcadipani, 2013), lattes esses artificialmente obesos pela contribuição de pequenas gordurinhas que o sistema não diferencia suficientemente de tecidos mais consistentes (Mattos, 2008). De quem é a culpa do produtivismo? De nós mesmos.

Compartilho das reflexões trazidas por Alcadipani (2011), ao evidenciar caminhos, no intuito de evitar tais práticas e melhora o que, neste editorial, chamo de “como temos produzido”. i) deveríamos nos recusar a pedir que nossos alunos de mestrado/doutorado escrevam artigos quando não possuem formação para

³ Agradeço ao Edson Guarido por esta sugestão.

tal e que nada têm a ver com seus interesses; ii) nos recusar a colocar o nome em trabalhos que não escrevemos e para os quais não demos nenhuma contribuição; iii) nos solidarizar com aqueles que, apesar de terem uma história acadêmica sólida, são excluídos da pós-graduação; iv) fugir do discurso fácil de que a Capes é o demônio; v) exigir que nossos periódicos façam boas avaliações de nossos artigos e sejam geridos, de fato, por acadêmicos e não pelas secretárias; vi) precisamos de associações de pesquisadores que representem os nossos interesses; vii) não assumir cargos administrativos apenas para termos poder. Acrescento uma disfunção adicional na lista do Alcadipani (2011), que tenho observado: viii) evite formar bancas com seus ex-orientandos e colocar seu nome nos trabalhos decorrentes da tese ou dissertação dos orientandos dos seus ex-orientandos. Esse tipo de “rede” de pesquisa também é uma prática questionável.

Assim, não se espera que apenas mudanças no ambiente institucional acarrete mudanças nas nossas práticas de produção científica, favorecendo condições para publicações relevantes, que gerem impacto. Não há mudança de regra que se viabilize sem adesão no comportamento social. Regra sem comportamento é formalismo. Portanto, temos que mudar, também, nossas atitudes e servir como bons exemplos aos nossos alunos, que reverberarão, em futuro próximo, as práticas observadas. Liderança se exerce pelo exemplo.

4. PARA QUEM PRODUZIMOS

Por fim, considerando o “porquê e como produzimos”, o último, mas não menos importante, vetor do tripé a ser abordado é: para quem estamos produzindo? A discussão em torno da dicotomia originalidade e utilidade da pesquisa está cada vez mais presente nas nossas discussões. Corley e Gioia (2011) trazem um bom exemplo disso, ao evidenciar uma história do início dos anos 1980, onde, no intuito de conectar melhor a teoria com a prática, o comitê de organização do *Academy of Management* resolveu convidar alguns executivos para participar do evento. Ao final do dia, o professor que havia convidado os executivos, ansioso por um *feedback*, indagou aos convidados: o que vocês acharam dos trabalhos apresentados ao longo do dia? Então, um dos executivos respondeu: vocês falam engraçado.

Essa pequena história evidência, ainda hoje, principalmente no Brasil, a baixa interação teoria x prática (acadêmica x setor produtivo), sugerindo que acadêmicos e práticos pertencem a mundos distintos, que se isolaram, com o passar do tempo, cada um em suas bolhas. Somos uma área de Ciências Sociais Aplicadas, e, naturalmente, deveríamos estar preocupados com soluções organizacionais. No entanto, quantos de nossos trabalhos foram ou são usados para solucionar algum problema organizacional? Essa falta de utilidade tem relação com a escassez de pesquisas responsáveis mencionadas por Guarido Filho (2018).

Partindo da premissa de que boa parte do que escrevemos deveria ter valor, o que se tem observado é que poucos esforços têm sido empreendidos, no intuito preencher o enorme hiato que há entre a produção de uma pesquisa científica e a sua disseminação na sociedade, ou seja, seu impacto societal. Nesse sentido, como bem observado por Kools, et al. (2018), quando os achados

de uma pesquisa têm o potencial de melhorar a saúde e o bem-estar da sociedade, mas não são traduzidos em benefícios para o mundo real, isso representa o fracasso do sistema e uma perda para a sociedade. Portanto, assim como uma escola de medicina deve olhar para o paciente, uma escola de negócios também deveria olhar para as experiências do mundo real (empresas e gestores).

Para isso, temos que começar a valorizar a pesquisa não apenas pelo veículo de disseminação, mas pelo seu impacto, impacto este não apenas aquele calculado com base em métricas de citação, mas aquele que provoca ressonância e relevância no contexto econômico e social.

Agradecimentos:

Agradeço a Edson Ronaldo Guarido Filho e Sandro Cabral pelas críticas e sugestões. Erros e omissões são de responsabilidade do autor.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R (2011). Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. *Cad.EBAPE.BR*, 9(3), p.1174-1178.
- Alcadipani, R (2013). Produtivismo acadêmico in Bertero, C. O. et. al (2013). Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cad.EBAPE.BR*, 11(1), 181-196.
- Alvesson, M.; Sandberg, J (2013). Has management studies lost its way? ideas for more imaginative and innovative research. *Journal of Management Studies*, v50(1), 128-152.
- Corley, K. G.; Gioia, D. A (2011). Building Theory about theory building: what constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 36(1), 12-32,
- Guarido Filho, E. R (2018). Desigualdade social, responsabilidade e responsividade da pesquisa, *RAE*, 58 (5), 511-516.
- Guarido Filho, E. R. (2019). Slides utilizados em apresentação na Capes.
- Kools, et. al (2018). Publications are not the finish line: focusing on societal rather than publication impact. *Frontiers in medicine*, 5(314).
- Mattos, P. L. C. L (2008). Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação, *RAE*, 48 (2), 144-149.
- Rossoni, L. (2013). Os desafios da academia brasileira em administração enquanto empreendimento social in Bertero, C. O. et. al (2013). Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cad.EBAPE.BR*, 11(1), 181-196.